

COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 18/2026 370003-COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU Editado por ROGER RODRIGUES FELIX Atualizado em 11/05/2026 17:11 (v 0.10)  
Status ASSINADO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes Número da Contratação 95/2026 Processo Administrativo 00190.110680/2024-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para aquisição de detectores de metais, tipo pórtico, incluindo a instalação, ativação, treinamento e assistência técnica, com o objetivo de reforçar a segurança de pessoas e do patrimônio nas dependências da Controladoria-Geral da União - CGU e da entidade participante, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. O detalhamento do objeto é apresentado na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pórtico detector de metais	392324	un.	6	R\$ 32.108,13	R\$ 192.648,78

1.2.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Controladoria-Geral da União - CGU

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
1	Pórtico detector de metais	un.	3	3	3

Órgão Participante: Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) - Presidência da República

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
1	Pórtico detector de metais	un.	3	3	3

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A contratação se dará por meio de Ata de Registro de Preços (ARP). A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

1.6.1. A Ata de registro de preços, durante sua validade, não poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, conforme exposto no item 5.16 do Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 08/2025).

1.7. O prazo de vigência do contrato será de 63 (sessenta e três) meses, contados da data de sua assinatura, sendo 3 (três) meses destinados à conclusão da entrega dos equipamentos, conforme previsto no item 5.1.21 do Termo de Referência, e 60 (sessenta) meses correspondentes ao período de vigência contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. As condições de garantia e assistência técnica dos equipamentos terão duração de 60 (sessenta) meses, contados da data do Recebimento Definitivo, permanecendo válidas mesmo após o término da vigência contratual, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e das normas técnicas aplicáveis.

1.9. O contrato detalhará as regras específicas sobre vigência, garantia e assistência técnica.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada no tópico 2 do ETP nº 08/2025 e sua fundamentação e de seus quantitativos nos seus demais tópicos, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 26664015000148-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 92;

IV) Classe/Grupo: 6350;

V) Identificador da Futura Contratação: 370003-95-2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo, as justificativas técnicas e econômicas para a escolha do tipo de solução e o detalhamento completo das especificações técnicas do produto encontram-se pormenorizados em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar 08 /2025, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente de produção;

4.1.2. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

4.1.3. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na fabricação dos produtos.

4.1.4. A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4.1.5. É obrigação de a CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na fabricação dos produtos.

4.1.6. Demais exigências quanto ao aspecto de sustentabilidade constam pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar 08/2025, item 14. Possíveis Impactos Ambientais, apêndice deste Termo de Referência.

## **4.2. Da exigência de amostra**

4.2.1. Não será exigida apresentação antecipada de amostras, considerando:

4.2.1.1. a dimensão e sensibilidade dos equipamentos;

4.2.1.2. a busca pela economicidade e menor oneração do processo;

4.2.1.3. a previsão de testes coincidentes com o Recebimento Provisório, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

## **4.3. Subcontratação**

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4.4. Garantia da contratação**

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.2.4. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.4.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.4.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.4.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.4.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.4.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.4.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.4.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.4.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.4.8. No caso de alteração do valor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.4.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.4.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.4.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.4.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.4.10.3. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.4.10.4. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.4.10.5. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.4.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.4.12. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.4.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.4.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **4.5. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.5.1. Para a presente contratação, não será concedido o tratamento diferenciado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), previsto no Art. 48, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (exclusividade, subcontratação obrigatória ou reserva de cota), com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.5.2. A decisão se baseia na conclusão, demonstrada no Estudo Técnico Preliminar, de que a aplicação do benefício, neste caso específico, representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado e não seria vantajosa para a Administração , pelos seguintes motivos:
- 4.5.2.1. Natureza da Solução Integrada: A contratação não se resume a uma simples aquisição de bens. Trata-se do fornecimento de uma solução integrada de segurança, cujo sucesso depende da indivisibilidade e da coesão técnica entre o produto e os serviços agregados. Isto inclui não apenas a entrega de equipamentos com especificações técnicas rigorosas, mas também serviços especializados de instalação e, crucialmente, a sustentação de uma garantia técnica de 60 (sessenta) meses, com exigências de Níveis de Serviço (SLA) para manutenções preventiva e corretiva.
- 4.5.2.2. Complexidade e Risco Operacional: A exigência de uma garantia de longo prazo, com prazos de atendimento e reposição rigorosos , demanda do contratado uma estrutura empresarial robusta, com capacidade técnica e financeira comprovada para assegurar o suporte e a manutenção contínua de equipamentos de segurança considerados críticos para a proteção de pessoas e do patrimônio da União.
- 4.5.2.3. Prejuízo ao Conjunto do Objeto: A eventual contratação de empresa que não possua a estrutura necessária para garantir o ciclo de vida completo da solução comprometeria a eficácia e a disponibilidade do sistema de segurança. O risco de falha na prestação da assistência técnica ou na substituição de peças ao longo dos cinco anos de garantia é incompatível com a finalidade da contratação, configurando o prejuízo que a lei visa evitar. Dessa forma, a não aplicação do tratamento diferenciado é medida que visa garantir a plena exequibilidade do contrato e o atingimento dos resultados pretendidos com a contratação.

4.6. Margem de Preferência

4.6.1. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

- 5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias corridos, contados do(a) Ordem de Serviço, em remessa única.
- 5.1.2. Os equipamentos serão recebidos e/ou instalados no endereço do órgão, indicado na emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2.1 Endereços e horário de entrega

ÓRGÃO	DEPARTAMENTO	ENDEREÇO	HORÁRIO	MUNICÍPIO
Controladoria-Geral da União - CGU	CGLPE/COGEA	Quadra 5, Bloco A, Edifício MultiBrasil, Asa Sul, CEP 70.070-050 - telefone (61) 2020-7238.	09h às 11:30h e das 14h às 17:30h	Brasília / DF
(SPR) Presidência da República	Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Apoio Logístico, da Secretaria de Segurança Presidencial	Avenida N-2 Norte - S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CNPJ: 09.399.736/0001-59, CEP 70150-900 - telefone (61) 3411-6680.	09h às 11:30h e das 14h às 17:30h	Brasília / DF

- 5.1.3. O recebimento dos equipamentos será realizado sumariamente, mediante simples RECIBO, imediatamente no momento da entrega do bem no local indicado, atestando o simples recebimento do(s) volume(s) descarregado pela transportadora.
- 5.1.4. O Órgão designará uma Comissão Técnica de Recebimento para receber os equipamentos e emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
- 5.1.5. O Termo de Recebimento Provisório dos equipamentos realizar-se-á após a entrega de todos os equipamentos e suas respectivas instalações, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, datados da data do recebimento dos equipamentos no local.

5.1.5.1. As instalações são de responsabilidade da Contratada, vencedora do certame, sem qualquer ônus ao órgão;

5.1.6. Após a instalação dos pódios, serão realizados os testes de aceitação dos equipamentos, para cada equipamento, em até 10 (dez) dias úteis, para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.7. A empresa vencedora deverá fornecer toda a documentação técnica exigida neste Termo de Referência, primordialmente os manuais de operações e de manutenção de cada equipamento, seus dispositivos e acessórios;

5.1.8. Os manuais e mídias fornecidos para verificação ficarão de posse da Comissão Técnica que poderá realizar anotações, apontamentos e observações nestes, passando em seguida ao Patrimônio;

5.1.9. Deverão ser entregues, como documentação técnica, manual de Operação e Manual de Manutenção dos Pódios e acessórios detalhando os procedimentos para operação, manutenção, verificações de calibrações, ajustes, aferições e testes, devendo ainda incluir, além do texto, todos os desenhos, diagramas e figuras pertinentes. Se houver periféricos produzidos por terceiros, mas que façam parte do conjunto do equipamento, também deve ser acompanhado dos respectivos manuais. Demais documentos que se fizerem cabíveis para completa aferição por parte da fiscalização, para comprovação do atendimento dos pódios em relação às especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais anexos.

5.1.10. Existindo divergências, será emitido o Termo de Recusa e notificada a Contratada, devendo a mesma às suas expensas, providenciar sua substituição/correção no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

5.1.11. Inexistindo divergências o equipamento será aprovado e aceito;

5.1.12. Para realização dos testes de aceitação, todos os dispositivos de testes e instrumentos necessários na execução, devem ser disponibilizados pela licitante e ficarão em poder da Comissão Técnica até o término dos testes;

5.1.13. Os testes de aceitação dos equipamentos, objeto deste Termo de Referência, serão realizados nas dependências do Órgão;

5.1.14. Os testes de aceitação consistirão em verificar se o(s) equipamento(s) atendem, primordialmente, aos requisitos das especificações técnicas, em consonância às especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar 08/2025, item 4.2, e aos anexos IV - Caderno de Avaliação Técnica e V - Caderno de testes deste Termo de Referência. A comissão técnica de recebimento fará uso de testes, com vistas a demonstrar a eficiência do(s) equipamento(s), objeto deste certame, para que seja verificado o atendimento das principais características funcionais necessárias à segurança pública do órgão. Serão realizados por meio de aferição pontual de cada item ou característica solicitada, conforme descrito nas especificações técnicas;

5.1.15. Existindo divergências, será emitido o Termo de Recusa e notificada a Contratada, devendo a mesma às suas expensas, providenciar sua substituição/correção no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

5.1.16. Inexistindo divergências o equipamento será aprovado e aceito;

5.1.17. Finalizados os testes de aceitação dos equipamentos, a Contratada terá até 10 (dez) dias úteis para conclusão dos Treinamentos de Técnicos de Operação dos equipamentos junto a equipe designada pelo órgão.

5.1.18. O Termo de Recebimento Definitivo se dará quando os equipamentos estiverem devidamente instalados, testados, em plena capacidade de funcionamento e concluído o treinamento necessário aos servidores/operadores do Contratante, para operacionalização, pela Comissão Técnica de Recebimento;

5.1.19. Considerar-se-á a “data de conclusão do fornecimento”, para contagem do prazo de garantia contratual dos equipamentos fornecidos, a data de emissão, pelo Órgão, do Termo de Recebimento Definitivo do(s) equipamento(s);

5.1.20. Documentação técnica obrigatória:

5.1.20.1 Apresentar a garantia dos equipamentos, contra qualquer defeito de fabricação, sob pena de constatada alguma imperfeição, ter os bens devolvidos e a empresa fornecedora submetida às penalidades da Lei;

5.1.20.2 O fornecedor deverá apresentar, junto com os equipamentos, certificados ou laudos técnicos emitidos por instituto ou laboratório reconhecido (nacional ou estrangeiro), comprovando conformidade às normas:

5.1.20.2.1 IEC 61000-4-2; IEC 61000-4-3; IEC 61000-4-4; IEC 61000-4-5; IEC 61000-4-6; IEC 61000-4-8; IEC 61000-6-4.

5.1.20.3. Essa documentação substituirá a necessidade de amostras físicas, garantindo segurança técnica e jurídica.

5.1.20.4. Simulacros para testes específicos:

5.1.20.4.1 Quando aplicável, os simulacros ferrosos e não ferrosos (tamanhos grande e médio) serão fornecidos pelo próprio fornecedor apenas para execução dos testes no ato do recebimento provisório, sem exigência prévia de envio.

5.1.20.5. Em consonância a Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Art.5º, inciso IV, os bens ofertados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.20.5.1. A comprovação poderá ser feita, alternativamente, mediante apresentação de certificação RoHS, Rótulo Ecológico da ABNT, Epeat, certificação emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição/empresa certificadora, laudo pericial, folheto técnico, declaração de conformidade emitida pela fabricante, manual do produto, ou consulta on-line no site da fabricante, devendo a licitante fornecer o site para consulta, desde que atestem que o objeto fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.1.20.6 Os parâmetros de testes e aceitação são apresentados no Anexo V deste Termo de Referência.

5.1.20.7. Tai comprovações deverão ser apresentadas em conjunto com a proposta.

5.1.21. Quadro Resumo dos prazos:

- D = Ordem de serviço;
- D+60 = Entrega dos equipamentos;
- D+70 = Instalação dos equipamentos (Termo de Recebimento Provisório);
- D+80 = Testes de aceitação;
- D+90 = Treinamento (Termo de Recebimento Definitivo).

5.1.22. A CONTRATADA providenciará os trâmites necessários, a seu cargo, para que sejam respeitadas todas as imposições da legislação sobre transporte, seguro e desembaraço aduaneiro para o percurso dos equipamentos até o local da entrega, incluindo os requisitos da Legislação Fiscal/Tributária;

5.1.23. Todas as partes integrantes deste fornecimento devem possuir embalagens adequadas à proteção efetiva do conteúdo contracheques e intempéries ou quaisquer danos envolvendo o embarque, transporte e o desembarque dos equipamentos até o local de entrega e instalação;

5.1.24. Não serão admitidos equipamentos, dispositivos e acessórios com sinais de avarias, mesmo que provocados por transporte e movimentação inadequada;

5.1.25. São de responsabilidade da Contratada a embalagem, o transporte e o seguro de todos os equipamentos e materiais integrantes do objeto do fornecimento. As despesas decorrentes serão consideradas incluídas nos preços dos itens do fornecimento.

## 5.2 Do treinamento

5.2.1. A CONTRATADA deve enviar para a aprovação da CONTRATANTE o programa de instrução para realização dos Treinamentos de Operação, contemplando o conteúdo programático dos cursos, bem como o material didático (apostilas, livros, manuais, transparências e demais recursos audiovisuais).

5.2.2. A duração do Treinamento de Operação deve ter no mínimo 04 (quatro) horas/aula de forma presencial, nas dependências do Órgão.

5.2.3. Os treinamentos devem incluir todo o material didático necessário (apostilas, livros, manuais, procedimentos de avaliação, certificados, e demais recursos audiovisuais), para o perfeito entendimento dos assuntos ministrados, abrangendo aulas teóricas e práticas, tanto do equipamento como dos acessórios, devendo ficar de posse dos participantes.

5.2.4. O treinamento de operação dos equipamentos deve ser realizado para até 10 (dez) profissionais, designados pelo Órgão, devendo habilitá-los para que, no mínimo, fiquem em condições de:

5.2.4.1. Operar plenamente todos os recursos dos Pórticos e acessórios;

5.2.4.2. Identificar e compreender a finalidade de todas as partes dos Pórticos;

5.2.4.3. Configurar e programar as variáveis de operação dos Pórticos;

5.2.4.4. Verificar os ajustes e calibrações dos Pórticos; e

5.2.4.5. Realizar verificação de auto diagnósticos.

5.2.5. A CONTRATADA arcará com os custos de realização de todo o treinamento.

5.2.6. O pórtico e os acessórios de fornecimento utilizados no treinamento podem fazer parte do escopo do fornecimento, desde que sua integridade física, funcional e operacional seja mantida.

5.2.7. A CONTRATADA deve emitir, sem custo para o Órgão, certificado para os alunos que tiveram frequência de 100% (cem por cento) da carga horária do treinamento, contendo, no mínimo, título do treinamento, conteúdo, carga-horária, período de realização e identificação do aluno.

### **5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.4 A Contratada responsabilizar-se-á pelo funcionamento dos equipamentos, mantendo-o operacional ininterruptamente durante o período de garantia;

5.3.5. A garantia abrange a realização da manutenção preventiva e corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.6. Entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de defeitos nos equipamentos e sistemas, representando o conjunto de ações desenvolvidas sobre um equipamento ou sistema, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade para evitar falhas, com o objetivo de mantê-los em pleno funcionamento.

5.3.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.8. A Contratada será responsável, durante o período de garantia, pela atualização de software, e serviços de manutenção preventiva, nos prazos e especificações estabelecidos pelo fabricante, e corretiva do hardware, sem custo adicional para o Órgão, incluindo todos os serviços, mão de obra, despesas com deslocamento, hospedagens, peças e materiais substituídos;

5.3.9. Ocorrendo atualização de software, deve ser disponibilizada uma cópia do mesmo para o Órgão, sem ônus adicional;

5.3.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.11. O período transcorrido a partir da constatação de defeito nos equipamentos, dispositivos e acessórios até a sua efetiva correção, será somado ao período de garantia;

5.3.12. Durante o período de garantia, a Contratada será a responsável pela solução de quaisquer problemas provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de falhas na concepção do projeto, matéria prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagens, transportes, manuseios e montagem. Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inadequado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à Contratada;

5.3.13. Em casos de manutenção corretiva, o atendimento técnico deverá ser realizado no local da instalação do equipamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento de comunicação formal (por escrito, por telefone ou por e-mail) do CONTRATANTE, de segunda à sexta feira, das 8h às 18hs, ou horário excepcional, previamente acordado com o Fiscal do contrato;

5.3.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



5.3.15. Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de 07 (sete) dias úteis, durante o período de garantia, deve ser providenciada a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, em caráter provisório, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis. Caso a CONTRATADA constata a impossibilidade do reparo em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica, após este prazo, a substituição passará a ser definitiva, desde que o equipamento seja novo.

5.3.16. Caso ocorram 03 (três) chamadas, devidamente formalizadas, para problemas de mesma natureza e para um mesmo equipamento, a CONTRATADA deve substituir todas as partes integrantes que apresentaram defeitos, falhas ou aquela unidade defeituosa, às suas expensas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após ciência da notificação.

5.3.17. O prazo indicado nos subitem anteriores, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.3.18. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.19. A Contratada deve emitir um Termo de Garantia de fornecimento de Peças de Reposição por um período de 5 (cinco) anos a contar do término do período de garantia;

5.3.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3.23. A Contratada deve apresentar, para o período de garantia, um Plano de Manutenção Preventivo Gratuito, semestral, com descritivos detalhados das rotinas a serem executadas, incluindo procedimentos para execução de aferição e de calibragem dos equipamentos e acessórios, visando garantir a conformidade com as especificações do fabricante e, ainda, a afastar ou reduzir ao mínimo a possibilidade de ocorrência de falhas ou deficiências operacionais, devendo abranger:

5.3.23.1. Cronograma das realizações das atividades de manutenções preventivas e testes de efetividade de funcionamento do equipamento, conforme orientações e prazos dos fabricantes;

5.3.23.2. As manutenções preventivas devem ser agendadas com o Gestor do Contrato, de acordo com o cronograma apresentado no Plano de Manutenção Preventivo. O agendamento deve ser feito com antecedência mínima de 15 dias da data da realização das manutenções preventivas, informando a identificação do técnico (nome e RG);

5.3.23.3. Relatório encaminhado ao Órgão com periodicidade semestral, referente às manutenções preventivas e/ou corretivas, para cada equipamento, com análise das ocorrências de falhas e procedimentos efetuados na solução das ocorrências, dando ênfase aos equipamentos e componentes que demonstrarem reincidências de falhas;

5.3.23.4. A Contratada deverá emitir Ordem de Serviço para registro dos atendimentos das execuções das manutenções preventivas, aferições e calibrações, contendo a identificação dos responsáveis pela execução e pelo acompanhamento no local de instalação do equipamento. Tal Ordem de Serviço deve conter todas as rotinas de execução e registros de falhas, reparos e outras ocorrências que existirem.

5.3.24. A Contratada deverá manter registros de controle de manutenção preventiva dos equipamentos, nos locais de instalação deles.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### 6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### 6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento**

8.1.1. A forma e prazos de recebimento dos bens constam detalhados 5.1. Condições de Entrega deste Termo de Referência.

8.1.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.4. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.6. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **8.2. Liquidação**

8.2.1. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. o prazo de validade;

8.2.2.2. a data da emissão;

8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.2.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.6. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8.5. Antecipação de pagamento**

8.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **8.6. Cessão de Crédito**

8.6.1. A presente contratação não envolverá cessão de crédito

## **8.7. Reajuste**

8.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/03/2026.

8.7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **9.2. Forma de fornecimento**

9.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

### **9.3. Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1.1. Valores unitários por item: conforme tabela constante no ANEXO III – Modelo de Proposta deste Termo de Referência.

### **9.4. Exigências de habilitação**

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.4.1.1. Habilitação jurídica**

9.4.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.1.7. Em observância ao art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021, que estabelece como regra a possibilidade de participação de pessoas físicas nos certames, informa-se que, para a presente contratação, essa participação será vedada, com fundamento na exceção prevista no parágrafo único do mesmo artigo. A decisão se justifica pois a natureza do objeto vai além do simples fornecimento de bens e exige uma estrutura empresarial mínima, incompatível com a atuação isolada de uma pessoa física. A execução contratual satisfatória demanda:

9.4.1.1.7.1. Estrutura Operacional e Corpo Técnico: A contratação exige a capacidade de gerenciar a logística de entrega e instalação dos equipamentos e, fundamentalmente, de prover o suporte e a garantia técnica de 60 (sessenta) meses, com Níveis de Serviço (SLA) definidos. Tal obrigação de longo prazo pressupõe a existência de um corpo técnico organizado e a capacidade de manter o serviço de forma contínua e ininterrupta.

9.4.1.1.7.2. Capacidade Financeira e Continuidade: A sustentação das obrigações de garantia e manutenção pós-venda por um período de cinco anos requer uma estrutura financeira e de governança que assegure a continuidade do serviço, mesmo diante de eventualidades. Essa exigência de perenidade e robustez é mais adequadamente atendida por uma pessoa jurídica.

9.4.1.1.8. Diante do exposto, e visando garantir a plena execução e a segurança jurídica do contrato em todo o seu ciclo de vida, não será permitida a participação de pessoas físicas neste certame.

9.4.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

9.4.1.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado ou de sociedade simples;

9.4.1.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.4.1.3.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.1.3.4. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.4.1.3.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.4.1.3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.4.1.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.1.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.1.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **9.4.1.4. Qualificação Técnica**

9.4.1.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.4.1.4.2. Para fins de Qualificação Técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

9.4.1.4.3. A comprovação será feita por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que deverão atender aos seguintes critérios:

a) Objeto Similar: O atestado deverá certificar que a licitante forneceu, de forma satisfatória, bens em similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

b) Quantitativo Mínimo: O somatório dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total licitado.

9.4.1.4.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.4.1.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.1.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.1.4.7. atestado de capacidade técnica visa verificar experiência anterior da empresa na execução de objeto idêntico ao contratado, sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

#### **9.4.2. Disposições gerais sobre habilitação**

9.4.2.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.2.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 192.648,78 (cento e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pórtico detector de metais	392324	un.	6	R\$ 32.108,13	R\$ 192.648,78

10.2. Para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 370003
- II. Fonte de recursos: 1000
- III. Programa de trabalho: 1901379 - Programa Infraestrutura de bens móveis e imóveis - Sede (2026)
- IV. Id da Solicitação de orçamento #1958950
- V. Elemento de despesa: 44.90.52.00 (equipamentos e material permanente)
- VI. Plano interno: 20.03.00

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O contratado deverá garantir a proteção dos dados pessoais tratados durante a execução do presente contrato, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018). As partes se comprometem a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a segurança e a privacidade dos dados, conforme estabelecido neste Termo de Referência e na legislação vigente.

12.2. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. A utilização do Anexo I como instrumento contratual é juridicamente inviável para esta contratação. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, a substituição do Termo de Contrato por outros instrumentos é admitida apenas em hipóteses restritas, como nas aquisições sem obrigações futuras. Considerando que a presente contratação prevê garantia de 60 (sessenta) meses, com serviços de manutenção e assistência técnica, configura-se uma obrigação futura de natureza complexa. Dessa forma, impõe-se a formalização por meio de Termo de Contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 2033 (3672576)

ROGER RODRIGUES FELIX  
Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 16:49:32.*

Despacho: Portaria 2033 (3672576)

**LI CHONG LEE BACELAR DE CASTRO**

Presidente (integrante requisitante)



*Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 17:11:02.*

Despacho: Portaria 2033 (3672576)

**MARCELO VALINOTI ASSUMPCAO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 17:01:14.*

COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU

# Estudo Técnico Preliminar 8/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00190.110680/2024-64

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de reforço das medidas de segurança física e patrimonial nas instalações da Controladoria-Geral da União (CGU) foi identificada em razão da obrigação institucional de proteção de pessoas, do patrimônio e de informações. Esta contratação visa mitigar riscos de segurança por meio de um controle de acesso eficiente, prevenindo a introdução de artefatos metálicos ilícitos ou potencialmente perigosos na entrada (ex.: armas de fogo, facas e ferramentas), e coibindo a saída indevida de bens e ativos patrimoniais da instituição.

2.2. Diante desse cenário, este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a demanda apresentada pela área requisitante e avaliar as possíveis soluções disponíveis no mercado que possam atender a essa necessidade, considerando critérios de viabilidade técnica, eficiência operacional, economicidade, sustentabilidade e conformidade normativa.

2.3. A análise incluirá alternativas como aquisição, locação ou outras formas de atendimento à demanda, com base em experiências anteriores da Administração Pública, levantamento de mercado e práticas consolidadas. O resultado dessa avaliação subsidiará a tomada de decisão quanto à solução mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Gestão em Engenharia e Arquitetura - COGEA	André Murici Nepomuceno

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Especificações técnicas

#### 4.1.1. Características estruturais:

- A estrutura do pórtico deverá ser construída em material lavável, indeformável, dotados de bordas a prova de impactos - Acrilonitrila butadieno estireno – ABS ou outro material termoplástico rígido e leve, com características similares ao ABS. Não serão aceitos pórticos com madeira e derivados, tais como o MDF - Medium-Density Fiberboard em seu acabamento exterior;
- A estrutura deverá atender o padrão IP53 (norma ABNT NBR IEC 60529);
- O pórtico deverá ter proteção no painel;
- O compartimento destinado aos componentes elétricos/eletrônicos deverá ser localizado na parte superior do pórtico, e deverá possuir vedação que impeça o acesso involuntário e ainda ser resistente a intempéries;
- A estrutura deve ser resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pela passagem de pessoas;
- Deve possuir invólucro protetor impermeável nas bases do portal, com altura mínima de 50 mm;
- Possuir dispositivo para fixação no piso, caso necessite ser fixado, imune à penetração de água e oxidação;
- Não possuir cantos ou pontas angulosas, pontiagudas ou afiadas, que possam causar danos em pessoas ou roupas;
- Possuir todos os componentes padronizados e intercambiáveis;
- Possuir altura interna (vão livre) de 2,0 m a 2,20 m;

- Possuir largura interna (vão livre) entre os painéis de 0,70 m a 0,85 m;
- Possuir profundidade de 0,45m a 0,70m;
- Possuir peso máximo de 100 Kg;
- Não ter qualquer rampa de passagens para pessoas através do portal, ou estrutura similar com essa finalidade; e
- Rodízios com travas suficientes para uso do pórtico sem precisar fixá-lo no piso, revestidos com material que não cause danos (riscos, arranhões, manchas) no piso.

#### 4.1.2. Características operacionais:

- Ter 10 (dez) programas de detecção pré-configurados para detecção de diferentes tipos e tamanhos de objetos metálicos compatíveis com a função da aplicação a que destina, do total, deve ter 03 (três) customizáveis no local;
- A sensibilidade destes programas será definida em momento posterior à aprovação do LICITANTE, juntamente com a equipe do CGU;
- Empregar tecnologia de multizona de detecção constituída por 8 (oito) zonas de detecção independentes, distribuídas em altura ao longo do vão livre do pórtico, com indicação visual da zona correspondente ao alarme mediante LEDs dispostos em barra luminosa (a precisão da indicação das zonas deve ser mantida quando o pórtico for programado no nível de sensibilidade desejado); LED colorido, de alta intensidade, com pictograma indicativo, Verde livre / Vermelho detecção;
- Ter capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de pequenas dimensões em situações reais do ambiente do TRE e FEM;
- O licitante deverá disponibilizar simulacros (peças de teste) correspondentes às normas aplicáveis, compostos por materiais ferrosos e não ferrosos, nos tamanhos grande e médio, exclusivamente para execução dos testes de detecção durante a fase de recebimento provisório, conforme parâmetros a serem definidos no Termo de Referência.
- A verificação do atendimento às especificações será realizada por meio de testes funcionais e de conformidade, conduzidos pela Comissão de Recebimento designada pela autoridade competente, após a instalação dos equipamentos, em substituição à exigência de amostras físicas antecipadas.
- Possuir alta capacidade de discriminação nas inspeções que buscam, principalmente, armas de fogo, ferramentas ou lâminas e, ao mesmo tempo, descartar objetos de uso pessoal;
- A capacidade de detecção deverá ocorrer uniformemente em toda área interna (vão livre) do pórtico, com a cobertura completa de inspeção da cabeça aos pés e deverá ser independente da posição ou orientação do objeto transitando por ele;
- Será definido como nível de sensibilidade desejado para os testes de aceitação, o nível que permite a detecção do corpo de prova ferroso em qualquer posição e orientação dentro do vão livre do pórtico e que permita também a detecção do corpo de prova não ferroso quando passado isoladamente e simultaneamente com o corpo de prova ferroso;
- A capacidade de detecção não deve mudar com o tempo e tampouco deve haver necessidade de recalibração do equipamento;
- O pórtico deve permitir ajustes da sensibilidade mínima de 70 (setenta) níveis diferentes, permitindo operação em locais diferentes e inspeção de públicos diferentes. Todos os níveis de sensibilidade devem estar livres de alarmes falsos;
- Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível inferior, o pórtico deve apresentar imunidade alta contra possíveis interferências mecânicas, elétricas e magnéticas, tais como objetos estáticos (por exemplo, grade metálica, piso reforçado de aço), objetos metálicos móveis (por exemplo, porta metálica) na proximidade do pórtico, não requerendo intervenção de recalibração na ocorrência de diferentes cenários de interferência, sendo autocalibrável. Deve operar a uma distância de 30cm de um equipamento de raio X, sem apresentar mudanças no homogeneidade de detecção ou falso alarmes causados por interferências eletromagnéticas;
- Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível inferior, o pórtico não pode sofrer interferência de corpo humano (condutividade elétrica) e não pode gerar alarme falso quando uma pessoa totalmente livre de objetos metálicos transitar por ele;
- A unidade de controle (eletrônica) do pórtico deve ser protegida contra atos de vandalismo, mediante uso de carcaça metálica sólida, travada com chave e com grau de proteção mínimo de IP 53;
- O pórtico deverá possuir sistema de autodiagnóstico, possibilitando a verificação da performance e eficiência do mesmo;
- Sistema Ethernet para comunicação PC;
- Capacidade de proceder a contagem de passagens de pessoas no detector e o número de vezes e porcentagem em que o alarme foi acionado - deve ser fornecido software para elaboração de relatórios para auditoria;
- A unidade eletrônica deve ser compacta, sendo que o acesso à programação local deve ser protegida com acesso restrito e por senha alfanumérica de 6 (seis) dígitos. Sistema de programação local ou remota por meio de ligação a computadores portáteis e à rede TCP-IP, de modo a permitir o controle e o monitoramento remoto e integração à rede;
- A detecção deverá possibilitar a inspeção de, no mínimo, 10 pessoas por minuto;
- Temperatura operacional: faixa mínima de 10 a +50 graus centígrados;
- Umidade relativa (sem condensação): de 0 a 95%;
- Indicador sonoro, com alarme de alta intensidade com volume e tom do alarme programável;
- Funcionamento programável controlado por microprocessador;
- Possuir no mínimo 02 (dois) níveis de acesso, por meios de senhas programáveis, para operacionalização do equipamento e suas funcionalidades, tanto local como remoto:
  - Nível OPERACIONAL para permitir que o operador visualize os ajustes programados e as informações estatísticas; e
  - Nível ADMINISTRADOR para permitir acesso a todos os ajustes e parâmetros do equipamento, com privilégios para efetuar programações, configurações, habilitar ou desabilitar funções e parâmetros programáveis, bem como incluir e excluir novos usuários operacionais, habilitando ou desabilitando funções para o nível operacional.
- As senhas devem possuir recursos de confirmação quando na inserção destas, seja na inserção inicial, alteração ou exclusão;
- Possuir sistema para armazenamento de registros de programações e configurações dos equipamentos;

- Deverá armazenar, no mínimo, os últimos 1000 eventos com data e hora;
- Possuir sistema de transferência de programação e configuração simultânea para todos os equipamentos ou grupos de equipamentos instalados na dependência;
- Possuir registro dos eventos de configurações do equipamento indicando minuto, hora, dia, mês e ano, para a rastreabilidade das mesmas. Este acesso somente deverá ser realizado pelo nível ADMINISTRADOR;
- Possuir controle remoto sem fio, com capacidade para:
  - Acessar todos os ajustes; e
  - Operar um ou vários pórticos com a mesma senha ou senhas diferentes.
- Atender a norma NIJ – 0601.02; e
- Ter processo de fabricação certificado NBR ISO 9001.

### **4.1.3. Emissão eletromagnética e comprovação técnica**

#### **4.1.3.1. Limite de emissão eletromagnética**

- Os equipamentos deverão apresentar níveis de emissão eletromagnética considerados inofensivos para seres humanos, incluindo pessoas portadoras de marca-passo, sistemas de apoio vital e gestantes etc, garantindo conformidade com padrões internacionais de segurança.

#### **4.1.3.2. Forma de comprovação**

- A comprovação do atendimento a este requisito será feita mediante certificado ou laudo técnico emitido por instituto ou laboratório legalmente reconhecido, nacional ou estrangeiro, que deverá acompanhar o equipamento no ato da entrega e integrar a documentação de recebimento provisório.

#### **4.1.3.3. Normas aplicáveis**

- Os testes e certificações deverão observar, no mínimo, as seguintes normas internacionais:
  - IEC 61000-4-2
  - IEC 61000-4-3
  - IEC 61000-4-4
  - IEC 61000-4-5
  - IEC 61000-4-6
  - IEC 61000-4-8
  - IEC 61000-6-4

#### **4.1.3.4. Dispensa de amostras físicas**

- Não será exigida apresentação antecipada de amostras físicas para aferição deste requisito, considerando que a verificação ocorrerá por meio dos laudos técnicos e dos testes funcionais realizados no recebimento provisório, conforme parâmetros a serem definidos no Termo de Referência.

### **4.1.4. Características elétricas:**

- Alimentação elétrica deve possuir tensão de 100 a 240v Vca automática 60Hz, para atender as redes padrões de 110/127v e 220v sem a intervenção do operador;
- A fonte de alimentação elétrica deve estar equipada com proteção contra curtos-circuitos e surtos de tensão;
- O sistema elétrico do pórtico deve possuir dispositivo estabilizador de energia elétrica, contendo uma unidade de armazenamento de energia com capacidade de manter a operação plena do mesmo por no mínimo 60 minutos após a queda de energia na rede de alimentação comercial, podendo estar ou não integrada ao equipamento; e
- Possuir cabo de alimentação elétrica, com plugue no padrão brasileiro (ABNT/NBR 4136). Cabo elétrico com, no mínimo, 2 metros de comprimento.

### **4.1.5 Acessórios integrantes:**

- 01 (um) conjunto de ferramentas, por equipamento fornecido, para montagem e desmontagem do pórtico;
- 01 (uma) chave para ativação e desativação do pórtico, por equipamento fornecido, caso o fabricante utilize este recurso para ligar e desligar o pórtico;
- 01 (um) dispositivo de calibração, por equipamento fornecido, se recomendado pelo fabricante; e
- 01 (um) conjunto de simulacros, para que seja efetuado o teste do corpo de provas, de acordo com a Norma NIJ 0601-02.

## **4.2. Modalidade da licitação/bem comum**

- Ressalte-se que os bens descritos neste Estudo Técnico Preliminar apresentam características típicas de bens comuns, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações técnicas usuais e amplamente disponíveis no mercado.



- O levantamento de mercado realizado identificou a existência de diversos fornecedores aptos a atender às exigências técnicas estabelecidas, o que reforça a natureza comum dos itens e a viabilidade de sua contratação por meio de procedimentos competitivos.
- Desta forma, a modalidade de licitação indicada é o Pregão Eletrônico.

### 4.3. Condições de Participação

#### 4.3.1. Participação de Consórcios:

A participação de empresas organizadas em consórcio será vedada na presente licitação. De acordo com o caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a admissão de consórcios é a regra, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório. No presente caso, a restrição fundamenta-se nas características do objeto e na busca pela máxima eficiência administrativa.

A execução do objeto caracteriza-se por sua simplicidade técnica e operacional, não demandando a soma de capacidades técnicas ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para o seu fiel cumprimento. Fornecedores atuando de forma isolada possuem plenas condições de atender satisfatoriamente a todas as exigências editalícias. Adicionalmente, a permissão de consórcios neste cenário específico apresenta desvantagens e riscos à Administração, tais como:

- **Gestão do Pós-Venda:** A pluralidade de empresas na execução de um mesmo objeto tende a diluir o senso de responsabilidade operacional. Isso cria uma maior complexidade na gestão do pós-venda (entregas, suporte e atendimento), podendo gerar ruídos de comunicação e retardar a solução de eventuais problemas.
- **Administração de Garantias:** O acionamento de garantias em contratos com consórcios pode se tornar um processo burocrático e moroso. A existência de múltiplos fornecedores envolvidos dificulta a identificação imediata da origem de falhas ou defeitos, prejudicando a celeridade na reposição ou correção do bem/serviço.
- **Riscos à Competitividade:** Em mercados com ampla oferta de empresas capazes de atuar isoladamente, a formação de consórcios pode incentivar a união de potenciais concorrentes. Essa concentração de mercado reduz o número de propostas, prejudicando a disputa e a obtenção da contratação mais vantajosa.

Por fim, a vedação alinha-se ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), pois evita burocratizações desnecessárias. A exigência de análise de documentos de constituição e registro de consórcios imporia ônus administrativos e possíveis atrasos à condução do certame, o que não se justifica face à natureza do objeto licitado.

#### 4.3.2. Participação de Cooperativas:

Fica vedada, também, a participação de sociedades cooperativas nesta licitação. Embora o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 autorize a participação dessas entidades, isso se condiciona à compatibilidade do objeto licitado com o escopo de suas atividades típicas.

Considerando que a presente contratação envolve estritamente a aquisição de bens de natureza especializada, a execução não se amolda à essência do cooperativismo, cuja finalidade principal é a prestação de serviços ou a execução de trabalhos pelos próprios cooperados. A restrição é uma medida que visa garantir a celeridade e a segurança contratual, assegurando que o fornecimento seja realizado por empresas cuja atividade econômica e cadeia logística estejam diretamente estruturadas para a comercialização desses bens no mercado, em observância aos princípios da competitividade e da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. No que se refere aos detectores de metais do tipo portátil, verificou-se, por meio de levantamento de mercado, que há ampla oferta por parte de diversos fornecedores, o que caracteriza esse bem como comum de mercado, nos termos da legislação vigente.

5.2. A análise detalhada das contratações realizadas por outros órgãos da Administração Pública Federal e demais entes demonstrou que a aquisição dos detectores de metais é a solução mais frequentemente adotada. Tal prática evidencia a consolidação da compra direta como a alternativa mais viável, eficiente e usual para atender demandas de segurança institucional de caráter permanente.

5.3. O levantamento de mercado foi feito através de consultas aos sistemas oficiais de governo, Painel de Preços, contratações similares feitas pela Administração Pública e orçamentos feitos junto aos fornecedores.

5.4. Foram consultadas as seguintes contratações de outros órgãos da Administração:

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 45/2024 - TJMT – DETRONIX;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2025 - MPPI - SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2024 - TJAL - RADD COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS; e
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 176/2024 - TJMG – MAGNETEC.

5.5. No Painel de Preços, foram consultadas as seguintes contratações:

- Número da UASG: 160074 - 8º BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DE SELVA - Identificação da Compra: 90003 /2024
- Número da UASG: 925772 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - RN - Identificação da Compra: 90010 /2024;
- Número da UASG: 120637 - BASE AÉREA DE BOAVISTA - Identificação da Compra: 90083/2024;
- FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS - <https://pncp.gov.br/app/editais/45916929000101/2025/29>;
- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE - <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2024/2682>;
- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO - <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2025/2782>;
- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/TO - <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2024/3090>;
- BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE - <https://pncp.gov.br/app/editais/00394429000100/2024/2549>;
- SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MG - <https://pncp.gov.br/app/editais/00489828000155/2025/585>;
- PROCURADORIA DA REPUBLICA - SP - <https://pncp.gov.br/app/editais/26989715000102/2025/1853>;
- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED. - <https://pncp.gov.br/app/editais/26989715000102/2025/32>;
- ESP-CTO DETENCAO PROVIS.TACIO AP.SANT DE CAIU - <https://pncp.gov.br/app/editais/96291141000180/2025/7065>;
- AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - <https://pncp.gov.br/app/editais/04898488000177/2023/36>
- GECOMP - <https://pncp.gov.br/app/editais/21154554000113/2024/557>;

5.6. Foram realizadas pesquisas diretas junto a fornecedores, por meio de solicitações formais de cotação, com o objetivo de obter informações atualizadas sobre preços praticados no mercado e condições comerciais aplicáveis à solução demandada. As empresas consultadas foram::

- DETRONIX;
- PONTO TECNOLOGIA;
- RAAD;
- SENSORIAL DETECTORES; e
- MAGNETEC.

5.7. Como premissa de padronização de solução a ser contratada, no que se refere a especificações de equipamentos, serviços e garantia, conforme artigo 40, inciso V, alínea "a" da Lei nº 14.133/21, utilizou-se como referência a última contratação feita pela CGU, por meio do processo SEI 00190.104546/2022-62.

5.8. Diante do exposto, em razão da ausência de especificações técnicas adequadas dos equipamentos e serviços, da apresentação de especificações inferiores às dos equipamentos atualmente utilizados pela Controladoria-Geral da União (CGU), da insuficiência na descrição dos serviços de manutenção, do prazo de garantia inferior ao estabelecido neste documento, da ausência de retorno nas solicitações de cotação junto a fornecedores, bem como da inadequação das pesquisas de preços obtidas por meio de contratações realizadas por outros órgãos da Administração Pública e registros no Painel de Preços, decidiu-se pela não consideração dessas pesquisas para a composição do mapa de preços, conforme detalhado a seguir:

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2025 - MPPI - SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2024 - TJAL - RADD COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 176/2024 - TJMG – MAGNETEC - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- Número da UASG: 160074 - 8º BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DE SELVA - Identificação da Compra: 90003 /2024  
Número da UASG: 925772 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - RN - Identificação da Compra: 90010 /2024 - falta de especificações de equipamentos e serviços, especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- Número da UASG: 120637 - BASE AÉREA DE BOAVISTA - Identificação da Compra: 90083/2024 - falta de especificações de equipamentos e serviços, especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;

- JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/TO - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MG - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- PROCURADORIA DA REPUBLICA - SP - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED. - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- ESP-CTO DETENCAO PROVIS.TACIO AP.SANT DE CAIU - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- GECOMP - especificações inferiores aos equipamentos atualmente existentes na CGU, insuficiência de serviços de manutenções e tempo de garantia inferior;
- PONTO TECNOLOGIA - falta de resposta de cotação; e
- SENSORIAL DETECTORES - falta de resposta de cotação.

## 5.9. Análise da viabilidade de locação versus aquisição

5.9.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de uso contínuo e prolongado dos equipamentos pelo órgão contratante, não se recomenda a locação como alternativa viável. Embora existam contratações pontuais para aluguel desses equipamentos, tais hipóteses ocorrem exclusivamente em eventos temporários, com duração previamente delimitada, o que não se aplica ao presente caso.

5.9.2. Para esta demanda, o uso será permanente e essencial à atividade-fim, o que torna a locação economicamente desvantajosa e operacionalmente inadequada, em razão:

- da onerosidade cumulativa dos pagamentos periódicos ao longo do tempo;
- da ausência de ganho de eficiência frente à aquisição definitiva; e
- do risco de descontinuidade do fornecimento por fatores externos ao órgão.

5.9.3. Diante disso, a aquisição direta dos equipamentos representa a solução mais vantajosa para a Administração, assegurando redução de custos no ciclo de vida, maior controle patrimonial e conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Cabe ressaltar que, mesmo que parte do levantamento de mercado coube a pesquisa direta com fornecedores, verifica-se que em todos os casos de contratação por parte da administração pública, consultados e indicados neste ETP, se dão por meio de aquisição via Ata de Registros de Preços.

5.11. Considerando as características do objeto em análise, verifica-se que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como a forma mais adequada e vantajosa para atender às necessidades da administração pública, conforme as melhores práticas e normas vigentes.

5.12. A aquisição de detectores de metais tipo pórtico por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) já se encontra consolidada no âmbito da Administração Pública, sendo prática comum entre diversos órgãos. A adoção desse procedimento auxiliar de contratação permite que a Ata de Registro de Preços (ARP) esteja disponível para utilização conjunta por órgãos e entidades previamente definidos como participantes, ampliando o alcance da contratação e promovendo maior eficiência administrativa. Como referência, citam-se contratações similares à presente, exemplificadas neste Levantamento de Mercado, todas realizadas por meio do SRP para aquisição de detectores de metais.

5.13. Além disso, o uso do SRP possibilita ganhos de escala e competitividade, uma vez que a existência de potenciais órgãos participantes contribui para a ampliação da demanda estimada, tornando a disputa licitatória mais atrativa e resultando, potencialmente, em melhores condições comerciais, no que tange a termos de preço por “ganho de escala”, quanto de qualidade técnica, pois permite que múltiplos fornecedores, que estejam aptos a atender as exigências técnicas estabelecidas neste ETP e a serem estabelecidas no Termo de Referência, participem do certame. Essa prática favorece a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com o que determina o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.14. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação do objeto ora estudado – fornecimento e instalação de pórticos detectores de metais – fundamenta-se na conveniência administrativa de que o processo licitatório possa atender não apenas à Controladoria-Geral da União (CGU), mas também a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, mediante participação prévia à Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do Art. 3º, inciso III do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o tema:

*"Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: (...)*

*III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;"*

5.15. Nesse sentido, observa-se que a solução pretendida, além de atender às necessidades específicas da CGU, pode também ser replicada em outros órgãos da Administração Pública que enfrentam demandas semelhantes de segurança institucional. Tal característica é evidenciada pelo levantamento de mercado realizado (itens 5.4 e 5.5), que identificou diversas contratações similares realizadas por meio do SRP.

5.16. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Ata de Registro de Preços poderá, em regra, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do processo licitatório original, desde que haja anuência do órgão gerenciador, demonstração da vantagem da adesão e observância das condições e regras estabelecidas no instrumento convocatório.

5.17. Todavia, no caso específico desta Ata de Registro de Preços, a Controladoria-Geral da União (CGU), na qualidade de órgão gerenciador, opta pela não autorização de adesões por órgãos não participantes. Esta decisão fundamenta-se na realidade administrativa e operacional do órgão, notadamente em razão da restrita quantidade de servidores disponíveis para a gestão, acompanhamento e execução das atividades inerentes à administração da Ata durante toda a sua vigência.

5.18. O gerenciamento de uma Ata de Registro de Preços demanda uma série de atividades técnicas e administrativas, tais como o controle de quantitativos, atendimento a solicitações de adesão, acompanhamento do cumprimento contratual pelos fornecedores, além da comunicação e coordenação com os órgãos participantes. A ampliação indiscriminada do rol de participantes, mediante adesões de entes não previstos no certame, comprometeria a eficiência da gestão da Ata, a segurança jurídica do processo e a capacidade institucional da CGU em assegurar o adequado cumprimento de suas obrigações legais e contratuais.

5.19. Dessa forma, a utilização da presente Ata será restrita exclusivamente ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes que integraram o processo licitatório original, não sendo admitidas adesões posteriores por órgãos não participantes.

5.20. As demais condições relacionadas à execução da Ata permanecem válidas, inclusive aquelas relativas às obrigações do fornecedor, aos prazos para contratação e às penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual, nos termos da legislação vigente e do instrumento convocatório.

5.21. A adoção do SRP também promove a padronização do objeto e a maximização da competitividade no certame. Tais fatores, ao permitirem a participação de múltiplos fornecedores e a obtenção de ganhos de escala, resultam na proposta mais vantajosa para a Administração. Este resultado está em estrita consonância com os princípios da eficiência e economicidade dispostos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com os objetivos de seleção da proposta mais vantajosa, conforme o Art. 11 da mesma Lei.

5.22. Diante do exposto, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada e tecnicamente justificada, por permitir a racionalização dos processos de aquisição, atender de forma eficiente à CGU e a outros órgãos interessados, respeitar os ditames legais e garantir a observância aos princípios da Administração Pública.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução escolhida para o atendimento da necessidade de segurança institucional consiste na aquisição de equipamentos detectores de metais do tipo portátil. Opta-se pela aquisição em detrimento da locação, em razão da necessidade de uso contínuo e prolongado dos equipamentos, sendo a locação inviável por não se amoldar ao caráter de uso permanente desta Controladoria-Geral da União, que requer o equipamento para além de situações eventuais. Portanto, a aquisição demonstra-se vantajosa tanto da perspectiva econômica quanto técnica, garantindo um investimento permanente e a plena economicidade e eficiência da contratação.

6.2. Para que a solução produza os resultados pretendidos, a contratação deve abranger, de forma obrigatória, os seguintes elementos, que são parte indissociável do objeto principal:

- Aquisição dos equipamentos detectores de metais do tipo portátil: equipamentos conforme as especificações técnicas exigidas, compatíveis com os padrões técnicos de segurança e regulamentações vigentes e entregues no prazo estipulado capazes de identificar objetos metálicos transportados por indivíduos;
- Instalação e ativação dos equipamentos: a empresa contratada será responsável por instalar os equipamentos nos locais previamente definidos, garantindo seu devido funcionamento;

- Treinamento operacional: deve ser fornecido treinamento técnico aos responsáveis pela operação e manuseio dos equipamentos, tendo em vista assegurar a correta utilização e o adequado desempenho dos equipamentos; e
- Garantia, assistência técnica e suporte: o fornecedor deve oferecer suporte técnico preventivo e corretivo, por meio de garantia, tendo por objetivo garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e evitar interrupção de seu funcionamento.

6.3. Portanto, a solução proposta garante a segurança das pessoas e do patrimônio nas dependências da Controladoria-Geral da União de forma eficaz e permanente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade a ser contratada foi elaborada com base nas informações fornecidas pelo setor responsável pelo patrimônio da Controladoria-Geral da União. Conforme registrado no anexo intitulado “E-MAIL – Necessidade levantada pela CGU – Segurança”, identificou-se a necessidade de aquisição de **3 (três) detectores de metais do tipo pórtico**, com o objetivo de complementar as medidas de segurança da edificação. A distribuição dos equipamentos está detalhada na tabela a seguir:

Descrição	Qtd. Estimada	Local de Instalação	Qtd. Total
Pórtico Detector de Metal	1	2º Subsolo	3
	2	3º Subsolo	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 96.324,39

- **Valor unitário (R\$):** 32.108,13 (trinta e dois mil cento e oito reais e treze centavos);

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a contratações similares de outros órgãos da Administração Pública e por meio de cotações diretas com fornecedores, conforme detalhado na Seção 5 - Levantamento de Mercado. O valor unitário estimado é de R\$ 32.108,13 (trinta e dois mil cento e oito reais e treze centavos), totalizando R\$ 96.324,39 (noventa e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) para a aquisição das 3 (três) unidades.

8.2. A metodologia adotada está em conformidade com o disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de estimativa prévia de preços como condição para a contratação, e segue as diretrizes da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65/2021, que orienta sobre os critérios e fontes válidas para a pesquisa de preços.

8.3. Foram consideradas fontes oficiais, como o Pannel de Preços do Governo Federal, atas de registro de preços vigentes e contratações anteriores da própria CGU, além de propostas formais obtidas junto a fornecedores especializados. Essa abordagem visa garantir a fidedignidade da estimativa, a adequação ao mercado atual e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação refere-se a um item único e indivisível, cuja natureza técnica e funcional não comporta o fracionamento em partes autônomas. Trata-se da aquisição de três detectores de metais do tipo pórtico, com características técnicas padronizadas, que serão instalados em diferentes pontos da edificação, mas que integram uma única solução de segurança institucional.

9.2. O parcelamento da contratação, neste caso, não se mostra viável nem vantajoso para a Administração, uma vez que comprometeria a padronização dos equipamentos, a uniformidade da assistência técnica e a eficiência logística da instalação e do treinamento. Além disso, o fracionamento poderia gerar riscos operacionais e aumento de custos, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Assim, com fundamento no art. 40, V, "b", e no art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, que determinam o parcelamento apenas quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conclui-se pela inexistência de viabilidade técnica ou de vantagem econômica na divisão da solução, conforme detalhado nos itens anteriores.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Registra-se que houve uma contratação semelhante realizada anteriormente pelo órgão, a qual pode ser consultada por meio do Processo SEI nº 00190.104546/2022-62.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente registrada no Plano Anual de Contratações do órgão com a seguinte identificação:

Unidade Responsável	UASG	Id no PCA	Categoria	Id da Contratação	Nome da Contratação	Qtd.
COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU	370003	92	Material	370003-95-2026	Aquisição de detectores de metais, tipo pórtico	3

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação é essencial para garantir melhorias na segurança institucional e patrimonial do órgão, com vistas à proteção de pessoas, bens e informações. Os benefícios esperados, que atendem ao interesse público, dividem-se em:

12.1.1 Benefícios Diretos: No âmbito da segurança institucional, a contratação se presta a prover aos usuários do imóvel (cidadãos, servidores e colaboradores) maior segurança através da verificação e controle dos objetos que adentram o prédio. Quanto à segurança patrimonial, o objetivo é garantir a proteção dos recursos e ativos da CGU contra qualquer eventual sinistro.

12.1.2. Benefícios Indiretos: Estão relacionados à percepção de segurança dos usuários. A contratação visa aumentar a confiança, a satisfação e o bem-estar do público e dos funcionários em relação ao órgão, contribuindo para a imagem institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Dentre as providências internas a serem adotadas para viabilizar o uso dos equipamentos estão:

- A disponibilização dos pontos de rede elétrica e rede de dados necessários ao funcionamento dos equipamentos a serem instalados constitui etapa para a implementação do objeto contratado. Para tanto, será aberta Ordem de Serviço (OS) junto ao condomínio do edifício Multibrasil, com vistas à execução dos serviços de infraestrutura, tais como a instalação de tomadas elétricas e pontos de rede nos locais previamente definidos para a implantação dos pórticos;
- A fiscalização do contrato designada pela CGU fará o acompanhamento da execução desses serviços, assegurando que a instalação dos pontos atenda aos requisitos técnicos especificados, bem como aos padrões de segurança e desempenho exigidos para o correto funcionamento dos equipamentos;
- Concluída a etapa de disponibilização dos pontos, será formalmente solicitado à CONTRATADA que realize a validação técnica desses pontos, verificando sua conformidade com as especificações necessárias ao adequado funcionamento dos pórticos. Somente após essa validação a Administração autorizará a continuidade das etapas subsequentes da instalação; e
- Essa sequência de ações visa garantir a correta preparação do ambiente físico e tecnológico para a instalação dos equipamentos, prevenindo intercorrências operacionais e assegurando a plena funcionalidade do sistema contratado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>), foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição dos detectores de metais tipo pórico. A contratação buscará mitigar impactos negativos e promover práticas sustentáveis, conforme os princípios da economicidade, eficiência, proteção ambiental e responsabilidade social.

14.2. Nesse sentido, serão adotadas as seguintes medidas de sustentabilidade:

- Restrição de substâncias perigosas: Os bens ofertados deverão estar em conformidade com a Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), não contendo substâncias perigosas em concentrações superiores às permitidas, como chumbo, mercúrio, cádmio, cromo hexavalente, bifenilos polibromados (PBB) e éteres difenílicos polibromados (PBDE);
- Eficiência energética: Sempre que aplicável, será exigida a apresentação de certificações ou evidências de eficiência energética dos equipamentos, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica durante sua operação;
- Durabilidade e manutenção: Os equipamentos deverão apresentar características que favoreçam a durabilidade, facilidade de manutenção e intercambialidade de peças, reduzindo a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes;
- Embalagens sustentáveis: Será incentivado o uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como a redução de materiais de embalagem desnecessários;
- Logística reversa: Sempre que possível, será prevista a responsabilidade do fornecedor pela destinação ambientalmente adequada dos equipamentos ao final de sua vida útil, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); e
- Critérios de sustentabilidade na seleção do fornecedor: Serão considerados, como critérios de pontuação técnica ou habilitação, aspectos como certificações ambientais (ex: ISO 14001), práticas de gestão sustentável e responsabilidade socioambiental do fornecedor.

14.3. Essas ações visam garantir que a contratação esteja alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), promovendo uma gestão pública mais responsável e comprometida com a sustentabilidade.

14.4. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos estabelecidos pela Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, pelo Decreto Federal nº 10.936, de 2022 (que a regulamenta), e pela Portaria Normativa SE/CGU nº 204, de 2025 (ou norma que a substitua ou complemente no âmbito da CGU), e suas alterações.

14.5. Compete à CONTRATADA orientar seus funcionários na adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em atendimento ao art. 6º da IN nº 1/2010 SLTI/MPOG, dentre as quais estão:

- Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados;
- Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
    - A lavagem de componentes de sistemas de climatização não pode ser efetuada em vias e logradouros públicos e quando realizada internamente, só poderá ser executada com balde ou esguicho disposto de sistema de fechamento (revolver, bico ou outros);
    - O serviço poderá ser programado para contribuir na redução do nível de caixas d'água e/ou reservatórios quando necessário;
    - Os serviços devem respeitar os direitos de vizinhança do Código Civil, sendo responsabilidade da CONTRATADA qualquer prejuízo a terceiros provocada por atividade dela decorrente da contratação.

14.6. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes.

14.7. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição.

14.8. Utilizar lavagem com água de reuso e outras fontes, sempre que possível (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

14.9. Observar Resolução CONAMA nº 20, de 1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

14.10. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

14.11. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.12. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

- Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

14.13. Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para a execução, conservação e operação das obras públicas.

14.14. Não são permitidas, à CONTRATADA, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 2008. A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da IN IBAMA nº 8 de 2012 e suas alterações, conforme art. 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata.

14.15. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 e Resolução CONAMA nº 362, de 2005, incluindo as suas alterações.

## 15. Modo de disputa

15.1. Nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, o modo de disputa “aberto” é admitido quando se busca promover a máxima competição entre os licitantes, incentivando a redução de preços e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração

15.2. Considerando que o objeto da presente contratação — aquisição de 3 (três) detectores de metais, tipo portátil, incluindo a instalação, ativação, treinamento e assistência técnica e garantia de 60 (sessenta) meses a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo — possui valor estimado R\$ 96.324,39 (noventa e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) e características técnicas comuns, a adoção do modo de disputa “aberto” se justifica pelos seguintes fundamentos:

- **Maior Competição e Economicidade:** A visibilidade dos lances em tempo real incentiva os licitantes a reduzir seus preços sucessivamente, buscando superar os concorrentes. Isso gera uma competição mais acirrada, que tende a resultar na obtenção da proposta mais vantajosa e no menor preço para a Administração Pública, garantindo a economicidade na contratação;
- **Transparência Ampliada:** O modo aberto permite que todos os participantes e o público em geral acompanhem a disputa de lances em tempo real. Essa publicidade integral do processo aumenta a lisura, a fiscalização e a credibilidade do certame, promovendo a transparência nas contratações públicas; e
- **Celeridade Processual:** A dinâmica de lances rápidos e sucessivos, característica do modo aberto, contribui para uma conclusão mais ágil da fase de lances da licitação. Isso torna o processo mais célere e eficiente em comparação com outros modos de disputa, reduzindo o tempo necessário para a contratação.

15.3. Dessa forma, a escolha do modo de disputa “aberto” está devidamente motivada, em conformidade com os princípios da eficiência, competitividade e vantajosidade.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todas as análises deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se positivamente pela viabilidade das aquisições ora pretendida.

Conforme demonstrado, os equipamentos são imprescindíveis e necessários à organização à segurança institucional da CGU.

No tocante à forma de contratação, os objetos ora pretendidos podem ser considerados “bem comum” e, portanto, a aquisição pode ser feita exclusivamente pelo menor preço, característica que permite a licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)



Despacho: Portaria 2033 (3672576)

**ROGER RODRIGUES FELIX**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 14:51:01.*

Despacho: Portaria 2033 (3672576)

**MARCELO VALINOTI ASSUMPCAO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 14:52:29.*

Despacho: Portaria 2033 (3672576)

**LI CHONG LEE BACELAR DE CASTRO**

Presidente (integrante requisitante)



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 15:03:45.*

## MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico Nº ----/2026

Sessão pública: ----/----/2026, às ----h----min (----) horas.

Local:

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de fantasia:

Razão social:

Cnpj:

Optante pelo simples? Sim ( ) não( )

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Cep:

E-mail:

Telefone:

Contato da licitante:

Banco da licitante:

Conta bancária da licitante:

Nº da agência:

Representante legal:

Cpf:

### PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pórtico detector de metais	392324	un.	3		

A empresa ..... declara que:

- Estão inclusas no valor cotado todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
- Prazo de execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência do edital desse processo.
- Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.
- Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

## **CADERNO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

O teste de aceitação demonstrativo da eficiência dos pórticos detectores para que atenda as principais características funcionais necessárias ao ambiente da CGU e será realizado da seguinte forma:

### **TESTES CONFORME A NIJ-STD-0601-02**

Serão testados a passagem de:

- Objetos Grandes (LO), Objetos Médios (MO) e Objetos Pequenos (SO);
- Deverão ser detectados conforme critério estabelecido pela Controladoria-Geral da União, independente da posição e/ou orientação do corpo dentro da área interna do pórtico.
- Este teste será repetido em até 10 (dez) vezes para diferentes posições e/ou orientações para conferir a confiabilidade.
- Os corpos de prova serão introduzidos no pórtico mediante suporte inócuo para o mesmo (por exemplo, madeira) ou conduzidos por pessoa.
- A passagem, à velocidade normal (aproximadamente 1m/s) de uma pessoa livre de qualquer objeto metálico não pode gerar alarme.
- Teste a ser repetido em até 10 (dez) vezes para conferir a confiabilidade.

### **TESTE DA TECNOLOGIA MULTIZONAS**

- Será conferida se a precisão da indicação das zonas de detecção é mantida quando o nível de sensibilidade for aumentado de níveis inferiores até o nível desejado, independentemente da posição do objeto.
- Os objetos de teste serão inseridos individualmente em cada zona, em três pontos diferentes: central, esquerdo e direito;

### **TESTE DE IMUNIDADE ÀS INTERFERÊNCIAS**

- Será conferida de maneira que a capacidade de detecção do pórtico deverá ser a mesma quando testada com ou sem a presença de interferências.
- Será conferido a operação a uma distância de 30cm de um equipamento de raio X, sem apresentar mudanças na homogeneidade de detecção ou falso alarme.

### **TESTE DE DETECÇÃO DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS**

- Será realizado teste individual e simultâneo com ambos os materiais.



## CADERNO DE TESTES

Fabricante:

Modelo:

Local de instalação:

Data:

Fornecedor:

Responsável técnico do fornecedor:

Servidores da Comissão de Recebimento:

---

Assinatura

COMISSÃO AVALIADORA

Este Caderno de Testes visa estabelecer procedimentos operacionais a serem executados para verificação dos equipamentos Pórtico Detector de Metais, conforme previsto no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

A avaliação técnica deste caderno não invalida a possibilidade de verificação de quaisquer itens indicados como Especificações Técnicas do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

VERIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS EM CONFORMIDADE COM ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA					
O OBJETO ATENDE AO ESPECIFICADO DO TERMO DE REFERÊNCIA?		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
1	Características estruturais:				

1.1	A estrutura do pórtico deverá ser construída em material lavável, indeformável, dotados de bordas a prova de impactos - Acrilonitrila butadieno estireno – ABS ou outro material termoplástico rígido e leve, com características similares ao ABS. Não serão aceitos pórticos com madeira e derivados, tais como o MDF - Medium-Density Fiberboard em seu acabamento exterior;				
1.2	A estrutura deverá atender o padrão IP53 (norma ABNT NBR IEC 60529);				
1.3	O pórtico deverá ter proteção no painel;				
1.4	O compartimento destinado aos componentes elétricos/eletrônicos deverá ser localizado na parte superior do pórtico, e deverá possuir vedação que impeça o acesso involuntário e ainda ser resistente a intempéries;				
1.5	A estrutura deve ser resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pela passagem de pessoas;				
1.6	Deve possuir invólucro protetor impermeável nas bases do portal, com altura mínima de 50 mm;				
1.7	Possuir dispositivo para fixação no piso, caso necessite ser fixado, imune à penetração de água e oxidação;				

1.8	Não possuir cantos ou pontas angulosas, pontiagudas ou afiadas, que possam causar danos em pessoas ou roupas;				
1.9	Possuir todos os componentes padronizados e intercambiáveis;				
1.10	Possuir altura interna (vão livre) de 2,0 m a 2,20 m;				
1.11	Possuir largura interna (vão livre) entre os painéis de 0,70 m a 0,85 m;				
1.12	Possuir profundidade de 0,45m a 0,70m;				
1.13	Possuir peso máximo de 100 Kg;				
1.14	Não ter qualquer rampa de passagens para pessoas através do portal, ou estrutura similar com essa finalidade;				
1.15	Rodízios com travas suficientes para uso do pórtico sem precisar fixá-lo no piso, revestidos com material que não cause danos (riscos, arranhões, manchas) no piso.				
<b>2</b>	<b>Características operacionais:</b>				
2.1	Ter 10 (dez) programas de detecção pré-configurados para detecção de diferentes tipos e tamanhos de objetos metálicos compatíveis com a função da aplicação a que destina, do total, deve ter 03 (três) customizáveis no local;				
2.2	A sensibilidade destes programas será definida em momento				



	posterior à aprovação do LICITANTE, juntamente com a equipe do CGU				
2.3	Empregar tecnologia de multizona de detecção constituída por 8 (oito) zonas de detecção independentes, distribuídas em altura ao longo do vão livre do pórtico, com indicação visual da zona correspondente ao alarme mediante LED's dispostos em barra luminosa (a precisão da indicação das zonas deve ser mantida quando o pórtico for programado no nível de sensibilidade desejado); Led colorido, de alta intensidade, com pictograma indicativo Verde livre / Vermelho detecção.				
2.4	Ter capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de pequenas dimensões em situações reais do ambiente do TRE e FEM.				
2.5	O licitante deverá apresentar simulacros correspondentes à referida norma, ferrosos e não ferroso, dos tamanhos grande e médio, para que sejam feitos testes de detecção da amostra.				
2.6	A comprovação do atendimento das especificações será feito com base na análise da amostra feita pela comissão de servidores designados pela autoridade competente.				

2.7	Possuir alta capacidade de discriminação nas inspeções que buscam, principalmente, armas de fogo, ferramentas ou lâminas e, ao mesmo tempo, descartar objetos de uso pessoal;				
2.8	A capacidade de detecção deverá ocorrer uniformemente em toda área interna (vão livre) do pórtico, com a cobertura completa de inspeção da cabeça aos pés e deverá ser independente da posição ou orientação do objeto transitando por ele;				
2.9	Será definido como nível de sensibilidade desejado para os testes de aceitação, o nível que permite a detecção do corpo de prova ferroso em qualquer posição e orientação dentro do vão livre do pórtico e que permita também a detecção do corpo de prova não ferroso quando passado isoladamente e simultaneamente com o corpo de prova ferroso;				
2.10	A capacidade de detecção não deve mudar com o tempo e, tampouco, deve haver necessidade de recalibração do equipamento;				
2.11	O pórtico deve permitir ajustes da sensibilidade mínima de 70 (setenta) níveis diferentes, permitindo operação em locais diferentes e inspeção de públicos diferentes. Todos os níveis de sensibilidade devem estar livres de alarmes falsos;				

2.12	Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível inferior, o pórtilco deve apresentar imunidade alta contra possíveis interferências mecânicas, elétricas e magnéticas, tais como objetos estáticos (por exemplo, grade metálica, piso reforçado de aço), objetos metálicos móveis (por exemplo, porta metálica) na proximidade do pórtilco, não requerendo intervenção de recalibração na ocorrência de diferentes cenários de interferência, sendo auto calibrável; Deve operar a uma distância de 30cm de um equipamento de raio X, sem apresentar mudanças no homogeneidade de detecção ou falso alarmes causados por interferências eletromagnéticas;				
2.13	Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível inferior, o pórtilco não pode sofrer interferência de corpo humano (condutividade elétrica) e não pode gerar alarme falso quando uma pessoa totalmente livre de objetos metálicos transitar por ele;				
2.14	A unidade de controle (eletrônica) do pórtilco deve ser protegida contra atos de vandalismo, mediante uso de carcaça metálica sólida, travada com chave e com grau de proteção mínimo de IP 53;				

2.15	O pórtico deverá possuir sistema de autodiagnóstico, possibilitando a verificação da performance e eficiência do mesmo;				
2.16	Sistema ethernet para comunicação PC;				
2.17	Capacidade de proceder a contagem de passagens de pessoas no detector e o número de vezes e porcentagem em que o alarme foi acionado - deve ser fornecido software para elaboração de relatórios para auditoria;				
2.18	A unidade eletrônica deve ser compacta sendo que o acesso à programação local deve ser protegida com acesso restrito e por senha alfanumérica de 6 (seis) dígitos. Sistema de programação local ou remota por meio de ligação a computadores portáteis e à rede TCP-IP, de modo a permitir o controle e o monitoramento remoto e integração à rede;				
2.19	A detecção deverá possibilitar a inspeção de, no mínimo, 10 pessoas por minuto;				
2.20	Temperatura operacional: Faixa mínima de 10 a +50 graus centígrados;				
2.21	Umidade relativa (sem condensação): de 0 a 95%;				
2.22	Indicador sonoro, com alarme de alta intensidade com volume e tom do alarme programável;				

2.23	A emissão eletromagnética do equipamento deve estar limitada a um nível considerado inofensivo para seres humanos (portadores de marca-passo, sistemas de apoio vital, mulheres grávidas, etc). A comprovação deste item se dará por certificado ou laudo técnico de instituto ou laboratório, brasileiro ou estrangeiro, deve acompanhar o equipamento.				
2.24	A comprovação deste item se dará por certificado ou laudo técnico de instituto ou laboratório, brasileiro ou estrangeiro, legalmente reconhecido, que deverá acompanhar o equipamento e ser apresentado juntamente com a amostra. Para atender a estas exigências, deverão ser observadas as normas: IEC 61000-4-2; IEC 61000-4-3; IEC 61000-4-4; IEC 61000-4-5; IEC 61000-4-6; IEC 61000-4-8; IEC 61000-6-4				
2.25	Funcionamento programável controlado por microprocessador.				
2.26	Possuir no mínimo 02 (dois) níveis de acesso, por meios de senhas programáveis, para operacionalização do equipamento e suas funcionalidades, tanto local como remoto:				
2.27	Nível OPERACIONAL para permitir que o operador visualize os ajustes programados e as informações estatísticas;				

2.28	Nível ADMINISTRADOR para permitir acesso a todos os ajustes e parâmetros do equipamento, com privilégios para efetuar programações, configurações, habilitar ou desabilitar funções e parâmetros programáveis, bem como incluir e excluir novos usuários operacionais, habilitando ou desabilitando funções para o nível operacional;				
2.29	As senhas devem possuir recursos de confirmação quando na inserção destas, seja na inserção inicial, alteração ou exclusão;				
2.30	Possuir sistema para armazenamento de registros de programações e configurações dos equipamentos;				
2.31	Deverá armazenar, no mínimo, os últimos 1000 eventos com data e hora;				
2.32	Possuir sistema de transferência de programação e configuração simultânea para todos os equipamentos ou grupos de equipamentos instalados na dependência;				
2.33	Possuir registro dos eventos de configurações do equipamento indicando minuto, hora, dia, mês e ano, para a rastreabilidade das mesmas. Este acesso somente deverá ser realizado pelo nível ADMINISTRADOR.				
2.34	Possuir controle remoto sem fio, com capacidade para:				

2.35	Acessar todos os ajustes;				
2.36	Operar um ou vários pórticos com a mesma senha ou senhas diferentes;				
2.37	Atender a norma NIJ – 0601.02;				
2.38	Ter processo de fabricação certificado NBR ISO 9001.				
<b>3</b>	<b>Características elétricas</b>				
3.1	Alimentação elétrica deve possuir tensão de 100 a 240v Vca automática 60Hz, para atender as redes padrões de 110/127v e 220v sem a intervenção do operador;				
3.2	A fonte de alimentação elétrica deve estar equipada com proteção contra curtos-circuitos e surtos de tensão;				
3.3	O sistema elétrico do pórtico deve possuir dispositivo estabilizador de energia elétrica, contendo uma unidade de armazenamento de energia com capacidade de manter a operação plena do mesmo por no mínimo 60 minutos após a queda de energia na rede de alimentação comercial, podendo estar ou não integrada ao equipamento;				
3.4	Possuir cabo de alimentação elétrica, com plugue no padrão brasileiro (ABNT/NBR 4136). Cabo elétrico com, no mínimo, 2 metros de comprimento.				
<b>4</b>	<b>Assessórios integrantes</b>				

4.1	01 (um) conjunto de ferramenta, por equipamento fornecido, para montagem e desmontagem do pórtico;				
4.2	01 (uma) chave para ativação e desativação do pórtico, por equipamento fornecido, caso o fabricante utilize este recurso para ligar e desligar o pórtico;				
4.3	01 (um) dispositivo de calibração, por equipamento fornecido, se recomendado pelo fabricante;				
4.4	01 (um) conjunto de simulacros, para que seja efetuado o teste do corpo de provas, de acordo com a Norma NIJ 0601-02				
<b>5</b>	<b>Sustentabilidade</b>				
5.1	Em consonância a Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Art.5º, inciso IV, os bens ofertados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS ( <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> ), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).				
5.2	Comprovação feita, alternativamente, mediante apresentação de certificação RoHS, Rótulo Ecológico da ABNT, Epeat, certificação emitida por organismo acreditado pelo				



INMETRO, certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição/empresa certificadora, laudo pericial, folheto técnico, declaração de conformidade emitida pela fabricante, manual do produto, ou consulta on-line no site da fabricante, devendo a licitante fornecer o site para consulta, desde que atestem que o objeto fornecido cumpre com as exigências do edital.				
<b>APROVAÇÃO DO EQUIPAMENTO</b>				

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR**

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob nº [Número CNPJ], por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) [Nome do Representante Legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [Número da Carteira de Identidade] e do CPF nº [Número do CPF], DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)